

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Prezado Acionista,

A administração da AES Elpa S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

PERFIL

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada pela Brasileira Participações S.A., uma sociedade de capital aberto, não operacional, que detém 99,4% de seu capital total.

Histórico - Reorganização Societária

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") celebraram um acordo de reorganização ("Reorganização") o qual previa os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a Brasileira Participações S.A. e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (respectivamente, "AES Elpa", "Brasileira Participações", "Eletropaulo", e, em conjunto, "Companhias").

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a reorganização em 13 de dezembro de 2016 e em 23 de dezembro de 2016, foram realizadas as assembleias gerais das Companhias nas quais foram aprovadas todas as etapas da reorganização pelos seus acionistas. De forma que, tal reorganização tornou-se eficaz e passou a produzir efeitos, após aprovações societárias e regulatórias, em 30 de dezembro de 2016.

A reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da Companhia Brasileira com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela AES Eletropaulo, de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil e BNDESPAR) passaram a deter participação direta na AES Eletropaulo.

Após a implementação da reorganização, a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR rescindiram o antigo acordo de acionistas da Brasileira Participações concomitante à celebração do novo acordo de acionistas da Eletropaulo e do novo acordo de acionistas da Brasileira Participações, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da reorganização.

A reorganização não implicou na alteração do acionista controlador direto da Companhia, o qual continua sendo a Brasileira Participações.

Devido à reorganização societária, a Companhia deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da Companhia, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Em 26 de janeiro de 2017, encerrou-se o prazo para exercício do direito de recesso pelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. Acionistas da Companhia titulares de 1.113.626 (um milhão, cento e treze mil e seiscentos e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada.

Não houve solicitação por nenhum acionista da Companhia de levantamento de balanço especial, nos termos do Artigo 45, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, permanecendo o valor de reembolso de R\$ 15,36 por ação ordinária com base no valor contábil das ações apurado a partir das demonstrações contábeis da Companhia levantadas em 31 de dezembro de 2015.

Assim, o valor total do reembolso pago em 03 de fevereiro de 2017 aos acionistas dissidentes da Companhia foi de R\$ 17.105.295,36.

A Composição acionária atual da Companhia, considerando a reorganização descrita acima e resultado do direito de recesso concluído em 26 de janeiro de 2017 está demonstrada na tabela a seguir:

| Acionista | ON | % | PN | % | Total | % |
|-------------------------------|-------------------|----------------|------------|--------------|-------------------|----------------|
| Brasileira Participações S.A. | 93.404.112 | 99,42% | 0,0 | 0,00% | 93.404.112 | 99,42% |
| Outros | 543.315 | 0,58% | 0,0 | 0,00% | 543.315 | 0,58% |
| Ações em Tesouraria | — | 0,00% | 0,0 | 0,00% | — | 0,00% |
| Total | 93.947.427 | 100,00% | 0,0 | 0,00% | 93.947.427 | 100,00% |

EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

Desempenho Econômico - Financeiro

| Resultados - R\$ milhões | Controladora | |
|--|--------------|-------|
| | 2017 | 2016 |
| Receita Líquida | — | — |
| Custos Operacionais | -0,9 | -1,3 |
| Resultado Bruto | -0,9 | -1,3 |
| Ebitda | -0,9 | -1,3 |
| Resultado Financeiro | 1,1 | 1,8 |
| Resultado antes da Tributação | 0,2 | 0,5 |
| Lucro Líquido Operações Continuadas | 0,2 | 2,8 |
| Lucro Líquido das Operações Descontinuadas | — | 223,8 |
| Lucro Líquido do Exercício | 0,2 | 226,6 |

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 0,2 milhão em 2017 e R\$ 226,6 milhões em 2016), decréscimo do resultado das operações descontinuadas (R\$ 223,8 milhões em 2016), acréscimo dos tributos sobre o lucro (negativo R\$ 0,1 milhão em 2017 e R\$ 2,3 milhões em 2016) e das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (R\$ 1,3 milhão em 2017 e R\$ 1,7 milhão em 2016).

Operações Continuadas - Dados Consolidados

O lucro líquido proveniente das operações em continuidade totalizou R\$ 0,2 milhão em 2017 versus um lucro das operações em continuidade de R\$ 2,8 milhões em 2016.

Operações Descontinuadas - Dados Consolidados

O resultado líquido das operações descontinuadas parou de ser contabilizado em 2016 dado a reestruturação citada anteriormente, portanto, encontra-se zerado no exercício de 2017 versus R\$ 223,82 milhões em 2016. O resultado de 2016 é fruto, principalmente, da constituição de crédito tributário sobre o valor do ágio não amortizado fiscalmente, no montante de R\$ 270,4 milhões. A constituição de tal crédito está associado à reestruturação societária mencionada anteriormente.

Resultado Consolidado

A AES Elpa auferiu lucro líquido no exercício de 2017 de R\$ 0,2 milhão versus R\$ 226,6 milhões em 2016, principalmente, pelos efeitos mencionados anteriormente.

Remuneração aos Acionistas

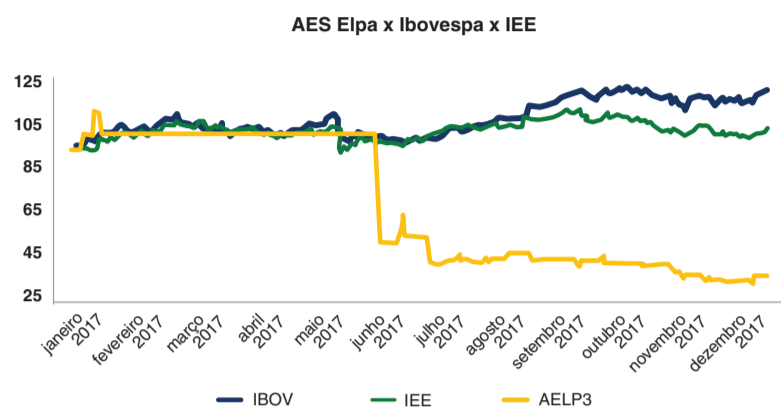
A AES Elpa auferiu lucro líquido de R\$ 0,2 milhão no exercício de 2017, no entanto, devido a absorção do saldo negativo da Cisão ocorrida no exercício de 2016, o lucro auferido no exercício atual será utilizada para absorção do prejuízo acumulado existente, conforme prevê o artigo 189 da Lei das S.As. Desta forma, não há saldo da base distribuível de dividendos do ano.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias da AES Elpa (AELP3) encerraram 2017 cotadas a R\$ 5,01, uma queda de 61,5% enquanto o Ibovespa e IEE (Índice de Energia Elétrica) valorizaram 26,8% e 10,0%, respectivamente. A desvalorização do papel da Companhia é em grande parte devido à reestruturação societária mencionada anteriormente.

A ação ordinária da Companhia foi negociada em 80 dos 246 pregões realizados na [B3] ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 355 negócios, envolvendo cerca de 109 mil de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 413 no mercado à vista. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 470,7 milhões.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



Remuneração da Alta Administração

A remuneração de 2017 da Companhia não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas de sua controladora, Brasileira Participações S.A., e em Assembleia Geral.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em continuidade ao fato relevante divulgado em 15 de agosto de 2017 informando a possibilidade e conveniência de submeter à CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu a Companhia, a controladora Brasileira e a Eletropaulo, em 01 de março de 2018, foi aprovada em Reunião de Diretoria da controladora a Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA"). Dessa forma, conforme fato relevante divulgado em 08 de março de 2018, foi protocolizado o pedido de registro de OPA junto à CVM.

Os termos e condições aplicáveis à OPA estão descritos em detalhes no Edital da OPA, sujeito à análise e aprovação da CVM.

A previsão é que o processo esteja concluído até o final de 2018.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Para o exercício de 2017, foram contratados os seguintes serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"): (i) Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América; e (iii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 0,03 milhão. Os serviços acima possuem prazo de contratação de um ano, tendo sido contratados em 01/04/2017. Ao longo do exercício de 2017, AES Elpa S.A. não utilizou os serviços da "EY" para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 13 de março de 2018

1 Resultado controladora

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2017 | | 2016 | |
|---|-------|---------------|---------------|------|------|
| | | 2017 | 2016 | 2016 | 2016 |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 48 | 12.411 | | |
| Investimentos de curto prazo | 4 | 9.336 | 14.179 | | |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | 5 | 1.728 | 1.513 | | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 4 | 5 | | |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | | 11.116 | 28.108 | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 7 | 23.282 | 21.837 | | |
| Imobilizado, líquido | | 95 | 95 | | |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 23.377 | 21.932 | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 34.493 | 50.040 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

| | Notas | 2017 | | 2016 | |
|--|-------|---------------|---------------|------|---------------|
| | | 2017 | 2016 | 2016 | 2016 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | | | 15 | | 26 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 6 | | — | | 27 |
| Outros tributos a pagar | 6 | | 5 | | 4 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | | 11.922 | | 11.922 |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | | | 11.942 | | 11.979 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Provisão para processos judiciais | 7 | 23.286 | 21.845 | | |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 23.286 | 21.845 | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social | 8.1 | 8.396 | 25.501 | | |
| Prejuízos acumulados | 9 | (9.131) | (9.285) | | |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | (735) | 16.216 | | |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 34.493 | 50.040 | | |

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

| | Notas | Individual | | Consolidado | |
|--|-------|--------------|----------------|-------------|----------------|
| | | 2017 | 2016 | 2016 | 2016 |
| OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE | | | | | |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | | | |
| Custo de Operação | | | | | |
| Pessoal e administradores | | (98) | (98) | | (98) |
| Serviços de terceiros | | (640) | (967) | | (967) |
| Outras despesas operacionais | 11 | (160) | (213) | | (213) |
| TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS | | (898) | (1.278) | | (1.278) |
| LUCRO BRUTO | | (898) | (1.278) | | (1.278) |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | | |
| Receitas financeiras | 12 | 2.432 | 3.526 | | 3.526 |
| Despesas financeiras | 12 | (1.325) | (1.713) | | (1.713) |
| TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO | | 1.107 | 1.813 | | 1.813 |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 209 | 535 | | 535 |
| Imposto de renda | 13 | (34) | (98) | | (98) |
| Contribuição social | 13 | (21) | (44) | | (44) |
| Imposto de renda diferido | 13 | — | 1.776 | | 1.776 |
| Contribuição social diferida | 13 | — | 640 | | 640 |
| TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | (55) | 2.274 | | 2.274 |
| LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE | | 154 | 2.809 | | 2.809 |
| OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | | | | | |
| Resultado líquido proveniente de investimento cindido | 1.1.1 | — | (646) | | (2.077) |
| Créditos tributários sobre ágio de investimento cindido | 1.1.1 | — | 270.360 | | 270.360 |
| Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido | | — | (45.946) | | (45.946) |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | | — | 223.768 | | 223.337 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 154 | 226.577 | | 225.146 |
| Atribuído a acionistas controladores | | — | — | | 226.577 |
| Atribuído a acionistas não controladores | | — | — | | (1.431) |
| Quantidade ações ON em circulação (em milhares de ações) | 8.2 | 93.947 | 95.061 | | 95.061 |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$) | 10 | 0,00164 | 2,38349 | | 2,38349 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Individual | | Consolidado | |
|---|-------|------------|-----------------|-------------|------------------|
| | | 2017 | 2016 | 2016 | 2016 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 154 | 226.577 | | 225.146 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | |
| - Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro | | | | | |
| Ajuste de avaliação atuarial | | — | (382.463) | | (1.234.962) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial | | — | 130.038 | | 419.887 |
| TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS | | 154 | (25.848) | | (589.929) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Individual | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|--------------------|-------------|----------------|
| | | 2017 | 2016 | 2016 | 2016 |
| Atividades operacionais: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 154 | 226.577 | 225.146 | | |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais: | | | | | |
| Amortização do intangível da concessão - operações descontinuadas | — | 45.946 | 45.946 | | |
| Provisão para processos judiciais, líquida | 119 | 172 | 172 | | |
| Variação monetária/cambial | (82) | (3) | (3) | | |
| Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo | (962) | (1.706) | (1.706) | | |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | — | (2.416) | (2.416) | | |
| Créditos tributários sobre ágio de investimento cindido | — | (270.360) | (270.360) | | |
| Resultado líquido proveniente de operações cindidas | — | 646 | 2.077 | | |
| Redução (aumento) dos ativos: | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | (23) | 94 | 94 | | |
| Despesas pagas antecipadamente | 1 | — | — | | |
| Aumento (redução) dos passivos: | | | | | |
| Fornecedores | (10) | (14) | (14) | | |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 55 | 2 | 2 | | |
| Outros tributos a pagar | 15 | 1 | 1 | | |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | (733) | (1.061) | | (1.061) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (243) | (467) | (467) | | |
| Juros resgatados de investimentos de curto prazo | 1.013 | 2.429 | 2.429 | | |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais em continuidade | 37 | 901 | 901 | | |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas | — | 12.293 | 1.701.541 | | |
| Total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 37 | 13.194 | 1.702.442 | | |
| Atividades de investimentos: | | | | | |
| Aplicações em investimentos de curto prazo | (9.783) | (15.318) | (15.318) | | |
| Resgates de investimentos de curto prazo | 14.610 | 14.843 | 14.843 | | |
| Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados | (122) | (174) | (174) | | |
| Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos em continuidade | 4.705 | (649) | (649) | | |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas | — | — | (1.198.815) | | |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Reservas de lucros | | | | | | | | |
|--|--------------------|---|-----------------|---------------------|---|-------------------------------|-----------------------------|---|---|
| | Capital social | Recursos destinados a futuro aumento de capital | Reserva legal | Reserva Estatutária | Outros resultados abrangidos/Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total do Patrimônio Líquido | Participação acionistas não controladores | Total do Patrimônio Líquido - Consolidado |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos | - | - | - | - | - | 3 | 3 | - | 3 |
| Mutações internas do patrimônio líquido | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (17.978) | 17.978 | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | 6.113 | (6.113) | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Antes da reorganização | 958.782 | 429.200 | 95.375 | 25.468 | (325.250) | 238.534 | 1.422.109 | 1.403.437 | 2.825.546 |
| Efeitos da reorganização societária | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | 429.200 | (429.200) | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição da Provisão para integridade do capital - ICVM 319 | - | - | - | - | - | (340.276) | (340.276) | - | (340.276) |
| Cisão parcial da Companhia | (1.362.481) | - | (95.375) | (25.468) | 325.250 | 92.457 | (1.065.617) | (1.403.437) | (2.469.054) |
| Total dos efeitos da reorganização societária | (933.281) | (429.200) | (95.375) | (25.468) | 325.250 | (247.819) | (1.405.893) | (1.403.437) | (2.809.330) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 25.501 | - | - | - | - | (9.285) | 16.216 | - | 16.216 |
| Resultado abrangente total | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 154 | 154 | - | 154 |
| Transações com os acionistas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recuperação de ações - direito de retirada (8.1) | (17.105) | - | - | - | - | - | (17.105) | - | (17.105) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 8.396 | - | - | - | - | (9.131) | (735) | - | (735) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A AES Elpa S.A. ("Companhia" ou "AES Elpa") está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a controladora Brasileira Participações S.A. e a Companhia divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Brasileira Participações estuda a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da Companhia. Os prazos, estrutura pretendida e outras informações relacionadas ao referido processo de cancelamento de registro serão divulgadas uma vez confirmada a intenção de se prosseguir com o pedido.

1.1. Reorganização societária

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil S.A. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo. Informações detalhadas acerca da reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

1.1.1. Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

1.1.1.1. Demonstração dos Resultados

- (i) Perda de equivalência patrimonial do investimento cindido na Eletropaulo no montante de R\$ 646 no resultado individual e R\$ 2.077 no resultado consolidado, sendo apresentada em uma única rubrica na demonstração do resultado denominada "Resultado líquido proveniente de investimento cindido".
- (ii) Constituição de crédito tributário sobre o valor do ágio não amortizado fiscalmente no montante de R\$ 270.360 em 31 de dezembro de 2016.
- (iii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 45.946.

| | Individual | Consolidado |
|---|----------------|----------------|
| | 2016 | 2016 |
| | (646) | (2.077) |
| | 270.360 | 270.360 |
| | (45.946) | (45.946) |
| Total das operações descontinuadas | 223.768 | 222.337 |

1.1.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia destaca em linha específica os dividendos recebidos de investimento cindido no montante de R\$ 12.293.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 13 de março de 2018, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da Companhia, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição (referentes à controlada cindida, a Eletropaulo), pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2.2.1. Continuidade operacional

Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, devido à reorganização societária, a Companhia deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros.

A Administração, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos, seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(i) **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros**Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado").

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado.

(b) Cauções e depósitos vinculados

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

(c) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 16.1, a Companhia classifica fornecedores, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.3. Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.5. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.6. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários ou escalares.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.7. Reconhecimento da receita**(a) Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 7, a Companhia reconhece provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(b) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 16.1.1.

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas na adoção dos pronunciamentos acima mencionados. A adoção aos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 e pronunciamentos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, não foram identificados impactos significativos para a Companhia.

Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017**CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa**

As alterações exigem que uma entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.

CPC 32/IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas

As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornece orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explica as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Ciclo de melhorias anuais 2015-2017

As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação do CPC 45/IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação) que seja classificadas) como mantidas para venda.

Revisão de normas e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017**Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:****CPC 10/IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações**

As alterações abordam três áreas principais: (i) os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; (ii) a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e (iii) contabilização quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento

As alterações esclarecem que uma transferência para, ou a partir de propriedades para investimento exige uma avaliação sobre se uma propriedade se enquadra, ou deixou de se enquadrar, na definição de propriedade para investimento, apoiada por evidências observáveis de uma mudança no uso. As alterações esclarecem, ainda, que situações além daquelas descritas no CPC 28/IAS 40 podem evidenciar uma mudança no uso e que referida mudança é possível para propriedades em construção (ou seja, uma mudança no uso não se limita a propriedades concluídas).

ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos

O ICPC 21/IFRIC 22 aborda como deve ser definida a "data da transação", com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida).

A interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("impairment") e contabilidade de hedge.

Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado. A Companhia possui ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda não apresentam variação significativa entre o valor contábil e seu valor justo. Não há saldos acumulados em outros resultados abrangentes decorrentes desta diferença. Estes investimentos precisarão ser analisados a fim de verificar a melhor classificação. Contudo, a Companhia não espera impacto significativo visto que não há diferenças materiais entre o valor contábil e o respectivo valor justo.

Empréstimos e recebíveis são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

Em relação à regra de perdas por redução do lucro recuperável (*impairment*) de ativos financeiros, a mesma requer que as empresas registrem contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data do reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito (perda estimada e não mais perda incorrida).

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Administração da Companhia estima que a adoção desse novo pronunciamento não trará efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:**IFRS 16 - Operações de Arrendamento. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17**

Operações de arrendamento mercantil, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|--------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa: | | |
| Numerário disponível | 48 | 29 |
| Operação compromissada | - | 12.382 |
| Total | 48 | 12.411 |
| Investimentos de curto prazo: | | |
| CDB-DI | 9.336 | 9.997 |
| Operação compromissada | - | 4.182 |
| Total | 9.336 | 14.179 |
| Total geral | 9.384 | 26.590 |

Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 96,60% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (99,14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL COMPENSÁVEIS

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|--------------|------|
| CIRCULANTE | | |
| Imposto de renda | 1.408 | 962 |
| Imposto de renda retido na fonte | - | 320 |
| Total | 1.408 | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

suspensão do recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpus recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retornaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas improbadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpus recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a controladora Brasileira interpus recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controladora Brasileira apresentaram recurso ao STJ com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Atualmente aguarda-se o julgamento do referido recurso. Por outro lado, com relação ao andamento do processo em primeiro grau, como o recurso especial não possui o efeito suspensivo, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Em 30 de maio de 2017, foi determinado pelo Juízo de primeira instância a intimação de pessoas físicas que haviam sido excluídas do polo passivo e readmitidas após julgamento de recurso do Ministério Público. Aguarda-se julgamento da ação em primeira instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Redução de capital
Em 25 de janeiro de 2017, encerrou-se o prazo para exercício do direito de retirada pelos acionistas da Companhia que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. Acionistas da Companhia titulares de 1.113.626 ações ordinárias de emissão Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da Companhia anteriormente detidas pelos acionistas que exerceram o direito de retirada que estavam alocadas na rubrica ações em Tesouraria. A redução foi no montante de R\$ 17.105, de forma que o capital social da Companhia passou de R\$ 25.501 para R\$ 8.396.

8.2 Composição acionária

| | 2017 | | 2016 | |
|-------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Ordinárias | % | Ordinárias | % |
| Acionistas: | | | | |
| Brasiliãna Participações S.A. | 93.404.112 | 99,42 | 93.404.112 | 98,26 |
| Outros | 543.315 | 0,58 | 1.656.941 | 1,74 |
| Total das ações | 93.947.427 | 100,00 | 95.061.053 | 100,00 |

9. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Segue destinação de resultados de forma resumida com comparabilidade com o exercício anterior:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Prejuízo acumulado de exercícios anteriores | (9.285) | - |
| Lucro líquido do exercício | 154 | 226.577 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida | - | 11.865 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos de controlada | - | 8 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos | - | 3 |
| Constituição de provisão para integridade do capital | - | (340.276) |
| Efeito da cisão parcial | - | 92.457 |
| Constituição de reserva legal | - | - |
| Saldo de prejuízos acumulados | (9.131) | (9.285) |

10. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Numerador: | | |
| Resultado líquido de operações continuadas | 154 | 2.809 |
| Resultado líquido de operações descontinuadas | - | 223.768 |
| Lucro líquido do exercício | 154 | 226.577 |
| Denominador (em milhares de ações): | | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 93.947 | 95.061 |
| Atribuído aos acionistas controladores: | | |
| Das operações continuadas líquidas | | |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$) | 0,00164 | 0,02955 |
| Das operações descontinuadas líquidas | | |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$) | - | 2,35394 |
| Do Lucro líquido do exercício | | |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$) | 0,00164 | 2,38349 |

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | Individual | | Consolidado |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2016 |
| Arrendamentos e alugueis | (4) | (5) | (5) |
| Seguros | (19) | (21) | (21) |
| Outras taxas | (137) | (187) | (187) |
| Total | (160) | (213) | (213) |

12. RESULTADO FINANCEIRO

| | Individual | | Consolidado |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2016 |
| Receitas financeiras | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 1.128 | 1.893 | 1.893 |
| Atualização de créditos tributários | 100 | 92 | 92 |
| Atualização de depósitos judiciais | 1.323 | 1.713 | 1.713 |
| PIS/COFINS sobre receita financeira | (119) | (172) | (172) |
| Subtotal | 2.432 | 3.526 | 3.526 |
| Despesas financeiras | | | |
| Atualização de processos judiciais | (1.322) | (1.710) | (1.710) |
| Outras despesas financeiras | (3) | (3) | (3) |
| Subtotal | (1.325) | (1.713) | (1.713) |
| Total do resultado financeiro | 1.107 | 1.813 | 1.813 |

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

| | Individual | | | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2017 | | 2016 | | 2016 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| a) Composição dos tributos no resultado: | | | | | | |
| Na rubrica de tributos: | | | | | | |
| Correntes | (34) | (21) | (98) | (44) | (98) | (44) |
| Diferidos | - | - | 1.776 | 640 | 1.776 | 640 |
| Total | (34) | (21) | 1.678 | 596 | 1.678 | 596 |
| b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa: | | | | | | |
| Resultado antes dos tributos | 209 | 209 | 535 | 535 | 535 | 535 |
| Adições (exclusões): | | | | | | |
| Atualização de provisão - processos fiscais | 1.441 | 1.441 | 1.883 | 1.883 | 1.883 | 1.883 |
| Atualização de depósitos judiciais - processos fiscais | (1.322) | (1.322) | (1.718) | (1.718) | (1.718) | (1.718) |
| Total das adições (exclusões) | 119 | 119 | 165 | 165 | 165 | 165 |
| Base de cálculo antes da compensação | 328 | 328 | 700 | 700 | 700 | 700 |
| (-) Compensação do prejuízo fiscal/Base Negativa | (98) | (98) | (210) | (210) | (210) | (210) |
| Base de cálculo | 230 | 230 | 490 | 490 | 490 | 490 |
| Alíquota nominal | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Despesa com tributos às alíquotas nominais | (34) | (21) | (98) | (44) | (98) | (44) |
| Tributo diferido relacionado aos depósitos judiciais | - | - | 1.776 | 640 | 1.776 | 640 |
| Total da despesa com tributos | (34) | (21) | 1.678 | 596 | 1.678 | 596 |
| Alíquota efetiva | -16,3% | -10,0% | 313,6% | 111,4% | 313,6% | 111,4% |

A Companhia acumula prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme segue, sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos, devido à ausência de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Prejuízo fiscal | 15.766 | 15.865 |
| Base negativa contribuição social | 19.313 | 19.412 |
| Diferenças temporárias ativas | 13.146 | 13.027 |

14. PARTES RELACIONADAS**14.1 Transações com partes relacionadas**

Devido aos investimentos cindidos e incorporados pela Eletropaulo, os itens relacionados aos mesmos foram reclassificados para operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 1.1.1) para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2016. As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| PASSIVO | | |
| Dividendos a pagar: | | |
| Brasiliãna Participações S.A. (i) | 11.889 | 11.889 |

| | Individual | | Consolidado |
|---|------------|------------|-------------|
| | 2017 | 2016 | 2016 |
| RESULTADO | | | |
| Despesas: | | | |
| Eletropaulo - sublocação (ii) | (4) | (5) | (5) |
| Total do resultado com partes relacionadas | (4) | (5) | (5) |

(i) Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de janeiro de 2017, foi aprovada a postergação do pagamento dos dividendos, referentes ao exercício social de 2015 no montante de R\$11.889, para até o final do exercício de 2017. A Companhia aprovou em Reunião de Diretoria, em 19 de fevereiro de 2018, a postergação do pagamento dos dividendos para até o final do exercício de 2018. Posteriormente, o tema será levado para discussão e aprovação em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral.
(ii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada cindida Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

14.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração foi conforme segue:

| | Individual | | Consolidado |
|---------------------------|------------|-----------|-------------|
| | 2017 | 2016 | 2016 |
| Descrição | | | |
| Benefícios de curto prazo | 98 | 98 | 98 |
| Total | 98 | 98 | 98 |

Os benefícios são compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados). A remuneração de 2017 não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas da Brasiliãna Participações S.A. e em Assembleia Geral.

15. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

| | Período de vigência | | Importância segurada |
|---|---------------------|----------|----------------------|
| | de | até | |
| Responsabilidade Civil de Administradores - D&O | 01/04/17 | 01/04/18 | R\$ 100.000 |

O limite de proteção é compartilhado entre algumas empresas do Grupo AES, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**16.1 Instrumentos financeiros****16.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, estão apresentados a seguir:

| ATIVO (Circulante e não circulante) | Notas | 2017 | | 2016 | | Categoria |
|--|-------|----------------|---------------|----------------|---------------|--|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 48 | 48 | 12.411 | 12.411 | Empréstimos e recebíveis |
| Investimentos de curto prazo | 4 | 9.336 | 9.336 | 14.179 | 14.179 | Ativos financeiros disponíveis para venda |
| Cauções e depósitos vinculados | 7 | 23.282 | 23.282 | 21.837 | 21.837 | Empréstimos e recebíveis |
| Total | | 32.666 | 32.666 | 48.427 | 48.427 | |
| PASSIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | |
| Fornecedores | | 15 | 15 | 26 | 26 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 11.922 | 11.922 | 11.922 | 11.922 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Total | | 11.937 | 11.937 | 11.948 | 11.948 | |

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários. CDB's são marcados a mercado mensal com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para todas as rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve alteração na classificação dos instrumentos financeiros.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta o instrumento financeiro registrado a valor justo, conforme método de mensuração:

| ATIVO (Circulante) | Valor justo | 2017 | | | 2016 | | |
|------------------------------|--------------|------------|--------------|----------|---------------|----------|---------------|
| | | Mensuração | | | Mensuração | | |
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Valor justo | Nível 1 | Nível 2 |
| Investimentos de curto prazo | 9.336 | - | 9.336 | - | 14.179 | - | 14.179 |
| Total | 9.336 | - | 9.336 | - | 14.179 | - | 14.179 |

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

16.2**16.2.1 Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a)**Estrutura de gerenciamento de riscos**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conciliar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, imagem, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b)**Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1)**Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moodys ou Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating inferior* ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira receptora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornece a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Discussões judiciais sobre temas civis

Em julho de 2004, o Ministério Público Federal instaurou ação civil pública contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da AES Eletropaulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia poderá vir a ser requerida a desembolsar valores, que podem ser significativos. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus assessores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perda para essa discussão é possível e que, dado o atual andamento do processo, estes valores não são passíveis de quantificação. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 7.2 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à potencial relevância dos valores envolvidos nos processos e ao julgamento necessário para a determinação se uma provisão deveria ser registrada. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui julgamento por parte da Administração e de seus assessores jurídicos externos, de forma que modificações nesse processo de julgamento em relação à probabilidade de perda dos processos, pode gerar impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações em relação às causas em aberto com as posições informadas pelos consultores jurídicos externos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação da probabilidade de perda, assim como determinação da necessidade ou não do registro da provisão para os mencionados processos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2018



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC - 1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES Elpa S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhã Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, **Declaram** que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Barueri, 13 de março de 2018
Diretores:

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores



Geramos valor aos nossos públicos, por meio de soluções sustentáveis e inovadoras.

Estamos presentes na vida de milhões de brasileiros todos os dias. Nossa missão é fornecer soluções de energia segura, sustentável e confiável para todos.